



ESCOLA **informação**

| n° 32.set.2021 |



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA . SPGL

Digital

out 2021

5

Dia Mundial
do Professor

Carreira – Aposentação – Horários
Precariedade e Concursos – Gestão
Municipalização

**Para resolver
é preciso lutar**

Participa!

15h00 - Largo de Santos
(com deslocação para o ME)



Sites e Blogs



PLIP - Projeto de Leitura Inclusiva Partilhada

<https://plip.ipleiria.pt/>

"No pinhal de Leiria nasce um corvo diferente, um corvo laranja. O pequeno corvo cresceu entre os da sua espécie, sendo o único de cor laranja. O Laranja era diferente também no que gostava. Os corvos eram ensinados a transmitir más notícias, mas o Laranja preferia dar boas notícias. Seguindo os conselhos da coruja, o Laranja aprendeu a fazer o que gostava e foi feliz dando boas notícias."

Esta é a sinopse de um dos livros partilhados pelo Projeto de Leitura Inclusiva Partilhada – PLIP, do Instituto Politécnico de Leiria, no seu site, em diversos formatos mais acessíveis, como o Braille o audiolivro e a língua gestual portuguesa.

Pode também encontrar aí o livro de "O Príncipezinho" de Saint-Exupéry ou "História de uma Gaivota e do Gato que a Ensinou a Voar" de Luis Sepúlveda, entre outras mais.

O PLIP visa dar vida a livros que se encontram nas estantes das bibliotecas, oferecendo-os a novos leitores. Tal dá-se através da adaptação de obras originais ou já publi-

cadadas, para que públicos com necessidades específicas possam chegar a elas através de versões em novos formatos: livros em Braille e em alto-relevo (para pessoas cegas ou com baixa visão); audiolivros (para quem prefere ouvir); vídeo-livros em Língua Gestual Portuguesa (para os surdos) e em formatos adaptados – pictogramas e versões simplificadas (para pessoas com incapacidade intelectual ou limitações de outra natureza). Para aceder aos livros basta registar-se.



Histórias em 77 Palavras

<https://77palavras.blogspot.com/>

"Desafio nº 250

Há letras muito divertidas quando as juntamos...

Hoje teremos de usar palavras que usem, sempre, estas 4 letras:

R + Z + O + A

Vão precisar de 8 palavras destas – há mais de 7 mil!

Eu escolhi as minhas e saiu isto:

Aquele arroz de marisco dera-nos razões de sobra para apanhar ar. Depois das zaragatoas, medições de temperatura e desinfeções, conseguimos mesa num barzinho junto à falésia. Contudo, azarado como sou, e porque o parque de estacionamento era demasiado arborizado, fizera um risco num carro finório. Fingi que não tinha sido eu, fui estacionar mais longe, mas depois cruzámo-nos com o dono do bólido: era medalha bem bronzeada em karaté e tinha visão excelente, podem imaginar o resto!

Margarida Fonseca Santos, 60 anos, Lisboa"

Esta é uma das histórias que surge neste blogue para quem gosta de escrever e gosta de ser desafiado a fazê-lo. Com brincadeiras sérias com letras, palavras, frases e sentidos. Com bons desafios para os professores e alunos e com bons exemplos de vários participantes divulgados no blogue. Há também uma secção com link para o site de apoio às escolas: <http://www.77palavras.margaridafns.net/>. A autora é a escritora e professora Margarida Fonseca Santos. ■



Lucidez na definição de objetivos

1. É da praxe e é inevitável: no início de um ano letivo, os professores, através dos seus sindicatos, definem os seus objetivos, estabelecem hierarquias nesses objetivos e estratégias para os alcançar.

É verdade que não há espaço para grandes novidades: o bloqueio negocial tem caracterizado a relação do M.E. com os sindicatos e, portanto, com os profissionais do ensino e da educação. A recuperação do tempo de serviço “roubado” para a progressão na carreira, a modificação favorável da chamada “norma travão”, horários que permitam o exercício adequado da profissão, as condições para a aposentação, entre outras, continuarão no centro das lutas dos docentes.

É verdade que a equipa de Tiago Brandão Rodrigues faz do bloqueio negocial a sua estratégia de ataque aos professores e aos seus sindicatos; vão surgindo vozes defendendo que a demissão do ministro deve ser incluída nos objetivos centrais da nossa luta, como se o bloqueio negocial dependesse (apenas) da personalidade do ministro.

Mas não é nada certo que a sua substituição por um outro ministro altere este estado de coisas. A experiência mostra que a exigência da demissão de um ministro, quando não há força suficiente para a “obrigar”, tem como resultado o reforço dele, nomeadamente por parte do primeiro-ministro. E, conseqüentemente, o reforço da sua arrogância.

A demissão do ministro Tiago B. Rodrigues não deve ser assumida como um objetivo dos professores no atual momento. Ela só acontecerá se, pela dinâmica da nossa luta, o governo for obrigado a ceder às nossas reivindicações. Ou seja: a demissão do (incompetente) ministro será consequência de avanços da nossa capacidade de luta, não é condição para esses avanços.

2. Adensa-se o cerco da medicina privada à ADSE. Os tubarões da saúde sabem que a ADSE tem sido o seu seguro de vida. E querem ainda mais.

A defesa da ADSE, agora financiada exclusivamente pelas quotas dos seus subscritores, exige coragem política, lucidez e competência técnica. Dispensa imobilismos e “certezas do passado” incompatíveis com novas situações. A ADSE não pode ser capturada pelos industriais da saúde privada! ■

Miguel André

4. Editorial

5. Dossier. Plano 21/23 Escola+

6. O Plano 21/23 Escola+ será recordado como a oportunidade perdida?

8. A aplicação do Plano 21|23 Escola+ não pode contribuir para o aumento da carga burocrática e do sobretabalho dos docentes

10. Um plano confuso e de difícil concretização

11. No início deste ano letivo, CNE recomenda que a principal preocupação da escola seja ouvir crianças e jovens

13. Cidadania

A falácia da meritocracia

15. 14 de outubro Comemorar o aniversário do SPGL, saudar um novo ano letivo, reafirmar a escola como lugar de encontro

17. Escola/Professores

17. 5 de Outubro E se o Ministério levasse a sério a profissão docente?

17. Internacional da Educação Dia Mundial do Professor Relatório internacional

18. 23 de outubro de 2021: 3.ª Corrida Nacional do Professor e da Educação

19. FENPROF acorda com a CNIS na revisão salarial do CCT/IPSS para 2021

19. Encontro Nacional de delegados e de dirigentes sindicais dos sindicatos da FENPROF do Setor do 1.º CEB

20. Pelo Planeta

A nossa casa está a arder. O que fazer?

22. Tudo o que precisa sobre Direitos Humanos no regresso às aulas

23. Opinião

23. Barbárie ou Ciência?

24. “O comboio já pára em Arroios” mas os alunos da António Arroio continuam sem comer

25. Aos Sócios

29. Consultório Jurídico

Remunerações e outras prestações pecuniárias do pessoal docente



ficha técnica:

Diretor: José Feliciano Costa . **Chefe de Redação:** Manuel Micaelo . **Conselho de Redação:** António Avelãs, Albertina Pena, Paula Rodrigues, Paula Santos, Joaquim Veiguiña, Carlos Leal . **Redação:** Lígia Calapez e Sofia Vilarigues (Jornalistas). **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha. **Capa:** D. Petinha **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **SPGL** . Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . **NIPC:** 501057528 **Periodicidade:** Mensal. **Depósito legal:** 9157/85 . **ICS:** 109893.



José Feliciano Costa

DIRETOR ESCOLA INFORMAÇÃO

Estas são as nossas exigências

Iniciamos mais um ano letivo, o terceiro desta malfadada pandemia, ano que será, com certeza, ainda diferente do tão desejado “normal”.

O avanço do processo de vacinação vai-nos fazendo acreditar que esta pandemia possa, finalmente, ter os dias contados. O processo está, praticamente, concluído nos adultos e os dados indicam que 74% dos jovens entre os 12 e os 17 anos já receberam, pelo menos, uma dose da vacina e na faixa etária dos 18 aos 24 anos, este número sobe para 82%.

As escolas reabriram com novas diretrizes enviadas pela DGS, as máscaras e o distanciamento social mantêm-se, a testagem em massa, de alunos professores e restantes trabalhadores das escolas, vai, também, decorrendo, o que vem dar razão ao que já há algum tempo defendíamos, mas que o Ministério da Educação considerava desnecessário.

O mesmo não se pode dizer do designado “Plano de Recuperação das Aprendizagens 21|23 Escola +” perdidas nesta pandemia, anunciado com pompa e circunstância, Plano que, depois de dissecado, se percebe que tem muita pompa de fato, mas muito pouca substância.

Este plano, apresentado como a receita infalível para a recuperação das aprendizagens, resume-se, afinal, a um documento insuficiente, dececionante e desprovido de medidas de fundo, nomeadamente, as defendidas e enviadas pela FENPROF em documento entregue atempadamente no ME, ou das posições manifestadas pelas escolas e também pelos representantes dos Diretores dos Centros de Formação. Falamos, por exemplo, da redução do número de alunos por turma, das coadjuvações, do reforço dos docentes da Intervenção precoce ou da aprovação de medidas específicas para o 1.º ciclo.

As escolas vão enfrentar este enorme desafio com os mesmos (escassos) recursos de que dispunham antes da elaboração deste plano.

Outro problema é a já previsível falta de professores; os dados indicam que as escolas já se deparam com enormes dificuldades em recrutar professores para disciplinas como Informática, Geografia, Filosofia, Físico-química, Biologia, Geologia e História e Geografia de Portugal, reflexo de uma profissão que deixou de ser atrativa.

Dos 2383 docentes que este ano vincularam pela aplica-

ção da lei (a norma travão) devem ser subtraídos os cerca de 2067 que se aposentam previsivelmente até final de 2021.

Este é o drama que vive já a Escola Pública, num quadro em que a percentagem de investimento na Educação, com referência ao Produto Interno Bruto (PIB), tem vindo a decrescer nos últimos anos. Senão, vejamos: ultrapassou os 5% do PIB nos primeiros anos do milénio, está atualmente abaixo dos 4 %, tendo, inclusivamente, atingido o valor mais baixo em 2019 (3,5% do PIB).

Aproxima-se a apresentação da proposta do OE para 2022, quando o de 2021 ainda não foi cumprido. A exigência dos 6 % do PIB para Educação é uma bandeira que temos de manter desfraldada. Esta é uma exigência fundamental que iremos manter. A não acontecer, terá reflexos nefastos no funcionamento das escolas e nos direitos e condições dos seus ativos, os profissionais da educação e claro, os alunos.

Este é o ano da Municipalização da Educação, do indevidamente chamado processo de descentralização de competências, que, mais não é do que recentrar competências que as escolas já tinham, nas autarquias. Com isto, pretende-se criar um novo patamar na administração educativa, transferindo para os municípios a responsabilidade do investimento na Educação. Tal poderá criar, como é óbvio, um livre-arbítrio, remetendo para cada uma das autarquias a decisão de investir ou não em cada momento, em cada ciclo eleitoral, num setor fundamental da vida nacional - a Educação.

Aproxima-se o 5 de outubro, Dia Mundial do Professor. Os professores vão estar na rua, em Lisboa, para iniciar um novo ciclo, após uma Pandemia que teve efeitos tão perniciosos. Vão voltar à rua e desconfinar a luta, manifestar o seu descontentamento, exigir a resolução das suas questões profissionais, a recuperação da carreira, o respeito pelos horários de trabalho, a negociação de um regime justo de aposentação, o fim da precariedade e um regime de concursos justo, a reversão do processo de municipalização e uma gestão democrática das Escolas.

Estas são as nossas exigências e vamos reafirmá-las no Dia Mundial do Professor. É indispensável dar grande visibilidade ao nosso protesto, exigindo ao Ministério da Educação respeito pela profissão docente. ■

PLANO 21|23 ESCOLA+

Plano de Recuperação de Aprendizagens

escola+
21|23

■ Plano 21/23 Escola+

Revalorizar os professores e melhorar as condições de exercício da profissão, redimensionar turmas, colocar mais professores para apoio ou para trabalho de coadjuvação, reforçar equipas multidisciplinares, reduzir a carga burocrática, reformular horários de trabalho – são algumas das necessidades sublinhadas nos diversos comentários ao Plano 21/23 Escola+, inseridos neste dossier.

Necessidades para que – esta uma afirmação unânime - não há cabal resposta. Antes do mais porque é escasso o investimento no reforço dos recursos humanos (apenas 15,6% da verba alocada ao plano).

A que acresce não ter havido uma adequada auscultação a quem está no terreno.

A fechar o dossier, algumas breves notas relativas a dois documentos do CNE que realçam, em particular, a necessidade de ouvir e valorizar a voz das crianças e dos jovens.■



Foto: Freepick

O Plano 21/23 Escola+ será recordado como a oportunidade perdida?

• **Carlos Leal**

Dirigente do SPGLI

Até março de 2020 a escola do 1.º CEB, ainda que com muita dificuldade, ia conseguindo dar resposta às necessidades dos alunos, tanto a nível social como ao nível das aprendizagens. Os docentes, de um modo geral, sempre conseguiram desmultiplicar-se no acompanhamento dos alunos, promovendo um ensino de qualidade. No entanto, já nessa altura o sistema se encontrava perto da rutura, pois as carências a nível material e humano eram por demais evidentes. A título de exemplo, o equipamento informático era,

de um modo geral, reduzido e obsoleto, o pessoal docente era apenas o mínimo exigível, sendo que quando um docente faltava, toda a escola era afetada, pois no 1.º CEB criou-se o mau hábito de distribuir os alunos pelas restantes salas de aula, com todos os constrangimentos que essa situação provoca. Quanto ao pessoal não docente era manifestamente insuficiente.

Em março de 2020, quando Portugal é assolado pela pandemia Covid 19, há o primeiro confinamento e de um dia para o outro é implementado o ensino à distância. Nesse instante um sistema, que já estava à beira da rutura, viu acentuar-se de forma

significativa os problemas que até aí já vinham a ser sentidos. Os alunos vulneráveis e desfavorecidos, com insucesso escolar acumulado ou mesmo em risco de abandono escolar, foram os mais afetados, pois o sistema não foi capaz de responder às suas necessidades, tanto materiais como sociais, tendo inclusivamente havido alunos que ficaram incontactáveis por largos períodos de tempo, acentuando as dificuldades que já de si eram significativas. Se juntarmos a esse período de ensino à distância, que durou quase dois períodos letivos, um segundo período entre 22 janeiro e 15 de março, temos quase um ano letivo completo de ensino

à distância, em que os alunos e professores estiveram afastados fisicamente das escolas.

Com o processo de vacinação contra a Covid 19 dos professores e da restante população acelerado, e com o levantamento sustentado das restrições contra a pandemia, pressupõe-se que não haverá necessidade de novos confinamentos e que muito em breve poderemos retomar a nossa vida sem grandes constrangimentos. Este seria o momento indicado para se dar um passo em frente e de uma vez por todas dotar as escolas dos meios necessários para ultrapassar, não só os constrangimentos causados pela pandemia, mas também repensar o sistema educativo que tem muito de século XX e que se quer do século XXI. É verdade que o programa Escola Digital veio dotar alunos e professores de mais e melhores equipamentos, mas é claramente insuficiente face às problemáticas que professores e alunos têm que ultrapassar.

O plano 21/23 Escola+ poderia ser o documento que iria elevar a escola para patamares mais condizentes com a era em que vivemos, “revalorizando o papel educativo, social e cultural da Escola e dos Professores, decorrente da pandemia, sendo que este é também o momento de reafirmar que não há educação de qualidade sem educadores e professores valorizados e reconhecidos. Num país em que problemas relativos à carreira docente, aos horários de trabalho, à precariedade de emprego e ao envelhecimento da profissão têm vindo a tornar a profissão docente cada vez mais desgastante e menos atrativa, é imperioso melhorar as condições do seu exercício”.¹ Infelizmente acaba por ser uma oportunidade perdida por se tratar de um plano vazio, onde a responsabilidade da sua aplicação e operacionalização recai quase exclusivamente nos agrupamentos, sendo os professores a arcar com toda a responsabilidade da sua aplicação, prevendo-se desde já o aumento da carga burocrática assim como um aumento da pressão sobre a



Foto: Freepick

componente não letiva de estabelecimento que já era significativa. Este seria o momento para redimensionar as turmas, tornando-as mais pequenas para um ensino personalizado, seria também uma boa oportunidade para colocar mais professores para apoio ou para trabalho de coadjuvação de forma a conseguir atenuar as dificuldades de aprendizagem o mais rapidamente possível e antes que se tornem permanentes, apostando também num reforço das equipas multidisciplinares para mediar conflitos e assegurar a ligação escola-família, prevenindo a indisciplina e a violência no espaço escolar. Reformular os horários de trabalho, tornando-os pedagogicamente mais adequados, de forma a permitir aos docentes focar o seu trabalho nos alunos, sem constrangimentos

burocráticos e administrativos, seria também essencial para que esta oportunidade de mudança não fosse perdida. ■

¹ in: Posição da FENPROF sobre o PLANO 21/23 ESCOLA+

Este seria o momento para redimensionar as turmas, tornando-as mais pequenas para um ensino personalizado, seria também uma boa oportunidade para colocar mais professores para apoio



Foto: Freepick

A aplicação do Plano 21|23 Escola+ não pode contribuir para o aumento da carga burocrática e do sobretabalho dos docentes

• **Paula Rodrigues**

Dirigente do SPGL

O Plano 21|23 Escola+ foi anunciado, no dia 1 de junho do corrente ano, como um plano que “permitirá assumir opções futuras com sustentabilidade, e visa dar resposta aos impactos da pandemia da Covid-19 junto das crianças e jovens, ao nível da aprendizagem e do desenvolvimento psicopedagógico e motor”.

O plano está organizado em três eixos («Ensinar e Aprender», «Apoiar as Comunidades Educativas» e «Conhecer e Avaliar») e assume-se como alicerçado em políticas educativas com eficácia demonstrada ao nível do reforço da autonomia das escolas e das

estratégias educativas diferenciadas dirigidas à promoção do sucesso escolar e, sobretudo, ao combate às desigualdades através da educação.

Para este plano, o governo anunciou um investimento de cerca de 900 milhões de euros, dos quais 140 milhões de euros para o reforço de recursos humanos nas escolas, 43,5 milhões para a formação de docentes e não docentes, 47,3 milhões para o aumento dos recursos digitais e 670 milhões para a modernização dos equipamentos e infraestruturas das escolas. O investimento no reforço dos recursos humanos corresponde a apenas 15,6 % da verba alocada ao Plano 21|23 Escola+ e não poderá dar resposta às necessidades há muito identi-

ficadas, quer pelas escolas, quer pelos professores e sindicatos que os representam, e que estão ligadas aos problemas mais profundos que afetam as escolas, ao nível pedagógico-didático, organizacional e de recursos.

Embora as infraestruturas e equipamentos escolares em geral necessitem urgentemente de obras de manutenção e renovação e se verifique um enorme atraso a nível tecnológico, em Educação os recursos humanos são basilares e imprescindíveis, facto que parece não ter sido compreendido pelo Governo.

Muito recentemente, os representantes dos Diretores de CFAE destacaram, nas suas “Propostas para elaboração do plano de recuperação das aprendizagens”, en-

tre outras propostas: a importância da diminuição do número de alunos por turma; a constituição de grupos de aprendizagem por ano de escolaridade, variando de acordo com o nível de aprendizagem, ao longo do ano; aumento do crédito horário para gestão no âmbito da autonomia de cada Agrupamento/Escola não agrupada; mais crédito horário para diretores de turma, grupos de trabalho, ou outros; aumento das parcerias/coadjuvações; redução da carga horária letiva dos alunos; flexibilização do modo de organização das turmas, permitindo às escolas encontrar soluções contextualizadas, designadamente na redução do número de alunos por turma ou desdobramento de turmas; criação de equipas pedagógicas multidisciplinares que suportem os Planos de Escola de Recuperação das Aprendizagens organizadas por unidade orgânica; afetação de recursos humanos adequados à manutenção e atualização dos meios informáticos, software e hardware.

Porém, iniciado o ano letivo, na maior parte das escolas, não é visível qualquer alteração significativa ao funcionamento das mesmas.

Com efeito, não houve redução do número de alunos por turma, nem mesmo no caso de alunos com necessidades educativas especiais que não impliquem a redução da mesma (3 ou mais alunos com necessidades educativas especiais na mesma turma). Como espera o ME que os alunos que tiveram 2 anos escolares atípicos, isolados nas suas casas, muitas das quais sem condições, recuperem os hábitos e ritmo de trabalho e as suas aprendizagens não realizadas em turmas sobrelotadas, com professores com demasiados alunos para poderem fazer um trabalho digno?

Continua a existir um número elevadíssimo de turmas sem professores e prevê-se que vá aumentar, dado o reduzido número de candidatos que permanecem na bolsa de recrutamento no concurso de professores e o facto de a maior parte dos docentes ter mais

de 50 anos (54,7%, na educação pré-escolar; 41,3 %, no 1.ª ciclo; 56,7 %, no 2.º ciclo; e 53,8 % no 3.º ciclo e no ensino secundário). O que foi feito para resolver este problema? Que medidas foram tomadas para a estabilidade da carreira e a atratividade da profissão? Que foi feito no sentido de respeitar o direito e a dignidade dos professores? Qual o acréscimo de profissionais da educação de que as escolas passaram a dispor, tendo em conta os que já se encontravam no sistema e os milhares que se aposentaram e se aposentarão nos próximos meses e anos?

Os horários dos professores continuam sobrecarregados com vários níveis, muitas turmas e alunos, com “furos” e, em muitos casos, a lecionarem em várias escolas. Os professores com redução na componente letiva ao abrigo do art.º 79.º veem-se forçados a desempenhar funções efetivamente letivas e muito cansativas, na sua componente não letiva, sem qualquer respeito pelo desgaste e especificidade da profissão. Não obstante as necessidades prementes das escolas e dos alunos, continuam a existir inexplicavelmente demasiados horários de professores incompletos e uma imensa precariedade na profissão.

As equipas multidisciplinares há muito pedidas pelas escolas e pelos sindicatos da FENPROF, formadas por terapeutas, psicólogos, assistentes sociais, mediadores ou animadores culturais, entre outros, não existem ou não foram significativamente reforçadas, tendo em conta o contexto e o impacto cognitivo e emocional que a pandemia provocou nas crianças e jovens.

Os assistentes operacionais técnicos e os assistentes administrativos são claramente insuficientes face às necessidades e este facto acaba por sobrecarregar ainda mais os professores com tarefas que não correspondem às suas funções, retirando tempo e energia para desempenharem o seu papel na sociedade.

Não tendo as escolas recebido

reforço significativo no crédito horário, nem a nível dos recursos humanos, o Plano 21/23 Escola + está a ser implementado nas escolas, tendo em conta o Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, as Aprendizagens Essenciais, a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania e os perfis profissionais/referenciais de competência (quando aplicável). Com base nestes documentos, os professores estão a reestruturar as planificações, as estratégias, materiais didáticos, atividades e os critérios e instrumentos de avaliação. Em alguns concelhos da área do SPGL, procedeu-se à semestralização do ano letivo e da avaliação, em muitos casos sob “proposta” dos municípios.

Como sempre, os professores e educadores cumprem as suas funções com profissionalismo. Porém, qualquer medida de recuperação das aprendizagens está condenada ao insucesso, se as escolas e os docentes não forem auscultados, se as suas propostas não forem ouvidas e concretizadas e o seu trabalho e dignidade pessoal não forem respeitados. Impõe-se ainda um aumento de recursos. A aplicação do Plano 21|23 Escola+ não pode de modo algum contribuir para aumentar a carga burocrática e o sobretrabalho dos docentes.■

Embora as infraestruturas e equipamentos escolares em geral necessitem urgentemente de obras de manutenção e renovação e se verifique um enorme atraso a nível tecnológico, em Educação os recursos humanos são basilares e imprescindíveis, facto que parece não ter sido compreendido pelo Governo.



Foto: Freepick

Um plano confuso e de difícil concretização

• **Belmira Fernandes**

Dirigente do SPGLI

O plano apresentado pelo governo, que visa a recuperação das aprendizagens assenta em três eixos: Ensinar e aprender; Apoiar as comunidades educativas e Conhecer e avaliar. Este plano peca por ser extremamente genérico, por demonstrar falta de confiança nos docentes e também por ter sido elaborado sem que se tenha feito uma audição a quem está no terreno. A audição foi realizada sim, mas através dos centros de formação das associações de escolas (CFAE) que elaboraram um relatório com várias propostas a este plano, no entanto as várias propostas não parecem ter sido levadas em conta.

Entre as propostas estava a diminuição do número de alunos por turma; diminuição da carga horária letiva dos alunos; evitar turmas de 1º ciclo com mais de um ano de escolaridade (...). Nenhuma dessas propostas se verificou nas nossas escolas.

No que respeita a estas três propostas nada foi feito. Continuamos com turmas com 24/25 alunos no 1º ciclo, por exemplo, com reduções de turma que preveem a inclusão de no máximo dois alunos com Necessidades Educativas Específicas e na realidade estão efetivamente reduzidas, mas com alunos NEE que excedem os dois por turma. Também a carga horária se mantém e igualmente as chamadas “turmas mistas” com mais de um ano de escolaridade.

No que concerne ao reforço de docentes ainda nada se viu. Continuamos com docentes de educação especial a apoiarem diretamente tantos alunos quantas horas letivas têm. Este plano deixa de fora novamente o rácio docente de educação especial/aluno e consequentemente é deixada a decisão aos Agrupamentos de Escolas e suas direções.

A carga burocrática que tem sido motivo de queixa de vários docentes também não foi minimizada, pelo contrário, este plano prevê a produção de mais docu-

mentos específicos com vista ao alargamento da constituição de equipas educativas e consequentemente mais trabalho burocrático. Onde fica o trabalho docente efetivo com os alunos? Será que se consegue recuperar aprendizagens com o preenchimento de documentos ou com mais tempo para o processo de ensino-aprendizagem?

Outra das medidas deste plano assenta na contratação de técnicos especializados. Para se poder contratar estes técnicos, os agrupamentos tinham de apresentar um projeto em que se justificasse a contratação. Parece-nos bem, no entanto, como é “tradição” do ME os projetos tinham de ser apresentados no final do ano letivo transato e, como é óbvio, numa altura em que os agrupamentos mais trabalho têm.

Este plano carece da identificação de problemas e de definição de prioridades, tenta abranger imensos focos o que o torna disperso, confuso e de difícil concretização. ■

No início deste ano letivo, CNE recomenda

Que a principal preocupação da escola seja ouvir crianças e jovens

• **Lígia Calapez**

Jornalista

Num momento em que se inicia um novo ano letivo – que se confia possa vir a ser (finalmente!) vivido de forma mais plena – vale a pena lembrar alguns princípios e recomendações do Conselho Nacional de Educação - CNE, em dois documentos particularmente oportunos: “A Escola no pós-pandemia: desafios e estratégias” e “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”.



Foto: Freepick

As recomendações do CNE para a Escola pós-pandemia têm como base “uma visão da escola e da comunidade escolar como um todo, munida de autonomia que lhe permita conduzir os processos tidos por necessários e inserida em territórios com especificidades próprias”. De par deste conceito de fundo, sublinha-se a importância de dar prioridade “ao bem-estar geral dos alunos, que envolve as di-

mensões cognitivas, emocionais, sociais e físicas”, pois “só nesse equilíbrio global, se criam as condições para a motivação para aprender e para encarar a escola como um recurso valioso para o futuro”.

Salienta-se ainda a ideia que “é imperioso recomendar às escolas que não reforcem um modelo de ensino que já se tinha revelado ineficaz, seja pela ênfase excessiva na orientação para os resultados, seja pela adoção de metodologias de trabalho que poderão nem sempre responder a neces-

sidades concretas da população escolar”.

Com base neste enquadramento, o documento do CNE centra-se em 8 pontos (*já sinteticamente abordados na EI de junho/julho de 2021*):

- Bem-estar e progressão nas aprendizagens;
- Currículo e gestão do currículo;
- Práticas pedagógico-didáticas e de avaliação;
- Formação de pessoal docente e reforço de condições e recursos;
- Lideranças, trabalho colaborativo e equipas multidisciplinares;

- Escola e famílias;
- Escola e comunidade;
- Formação inicial de professores e de outros profissionais.

Aqui nos cingimos ao enunciado do primeiro e terceiro pontos, até pela ponte que de imediato estabelecem com o outro documento em causa - “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”. Reportando-se à preparação do próximo ano letivo, o CNE recomenda, antes do mais, no 1º ponto, **que “a principal preocupação, por parte das escolas, seja ouvir crianças e jovens e identificar as condições psicoafectivas e de aprendizagem de cada um deles** para que se posse atuar nestas duas frentes - aprendizagens essenciais e estruturantes e bem-estar emocional”.

A partir desta premissa, indica-se, nomeadamente, que se definam estratégias para obviar as situações mais graves “sem recorrer a *mais do mesmo* (que pode ir do aumento da carga letiva, à manutenção de estratégias pedagógicas fomentadoras da passividade dos alunos)”, que sejam planeadas e reforçadas “medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, e recursos e apoios especializados, para garantir a adequação às necessidades e potencialidades específicas de cada aluno”, ou ainda que “se possa proporcionar, em colaboração com outras entidades da comunidade, atividades e espaços não escolarizados de socialização”.

No item referente a **Práticas pedagógico-didáticas e de avaliação**, o CNE alinha uma série de sugestões: que se relativize o impacto do número de dias “perdidos” e se valorize sobretudo a tranquilidade, a calma, o equilíbrio no regresso à escola; se recorra mais ao trabalho colaborativo entre professores; se potenciem as competências digitais adquiridas por professores e alunos, e se recorra a diferentes ferramentas tecnológicas para desenvolver capacidades de autonomia, cooperação, investigação, espírito crítico, etc.; se desenvolvam, durante o horário escolar, práticas de ensino-aprendizagem

mistas, com componente presencial e a distância; se invista em práticas de aprendizagem ativa e colaborativa, em projetos transversais, em metodologias de resolução de problemas; se trabalhe, quando necessário, em regime de coadjuvação, de tutorias, de acompanhamento de pequenos grupos; se fomente o desenvolvimento de parcerias de acompanhamento mútuo entre os alunos; se desenvolvam ações que incidam sobre a literacia da leitura, da escrita e da oralidade, de forma transversal.

Crescer é aprender a pensar com os outros

Dar uma maior importância “ao diálogo na construção das aprendizagens curriculares e na socialização democrática dos/as alunos/as, assegurando o seu envolvimento efetivo no próprio processo de educação”, é uma ideia de fundo do documento do CNE “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”, que relembra também as palavras de Paulo Freire, ao defender uma relação dialógica, na qual “A educação autêntica não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B”.

Numa perspetiva de valorização da voz de crianças e jovens em contextos educativos, o CNE lembra que a linguagem “é a principal ferramenta ao serviço do desenvolvimento do pensamento na interação dialógica como os outros” e sublinha mesmo a ideia que “crescer é aprender a pensar com os outros”.

Partindo da realidade atual – uma “organização do trabalho escolar, fracionado em tempos por disciplinas e pelo saber académico, dominado por uma comunicação vertical centrada no/a professor/a” – o CNE considera que se exige “um novo papel à escola atual”, de promoção da partilha, problematização e estruturação dos conhecimentos.

Neste sentido, defende ser fundamental a criação de novas perspetivas de organização pedagógica em sala de aula, através da insti-

tuição de dispositivos específicos, de que se destacam: as estruturas de aprendizagem cooperativa; a apropriação guiada de saberes; o trabalho de aprendizagem através de projetos de pesquisa; a organização de comunidades de aprendizagem; a contratualização e monitorização de trabalho autónomo guiado por planos individuais, regulados em grupo.

A concluir, o CNE avança com três recomendações:

- Valorizar a voz das crianças e dos jovens na organização das instituições escolares;
- Valorizar a voz das crianças e dos jovens no processo de aprendizagem;
- Valorizar a voz das crianças e dos jovens na formação de professores e de outros agentes educativos. ■

Dar uma maior importância “ao diálogo na construção das aprendizagens curriculares e na socialização democrática dos/as alunos/as, assegurando o seu envolvimento efetivo no próprio processo de educação”, é uma ideia de fundo do documento do CNE “A voz das crianças e dos jovens na educação escolar”, que relembra também as palavras de Paulo Freire, ao defender uma relação dialógica, na qual “A educação autêntica não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas de A com B”.



A falácia da meritocracia

Joaquim Jorge Veiguinha

O artigo 6º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 26 de agosto de 1789 estabelecia que “sendo os cidadãos todos iguais perante a lei, são por igual admitidos a todas as dignidades, cargos e lugares públicos, de acordo com a sua capacidade e sem outra distinção que a das suas virtudes e talentos”.

Poderemos considerar este artigo como uma das primeiras fundamentações da meritocracia: numa sociedade em que é abolida a hierarquia dos privilégios aristocráticos cada um pode ascender socialmente e candidatar-se a cargos públicos de relevo de acordo com as suas “virtudes e talentos”, ou seja, segundo os próprios méritos que deste modo são também socialmente

reconhecidos. No entanto, a igualdade de todos perante a lei, que se tornaria um dos princípios da Constituição francesa de 1791, não tem em conta as desigualdades de riqueza e poder que marcarão inexoravelmente o percurso de indivíduos formalmente iguais. Por isso, não deve causar espanto que o artigo 1º da mesma Declaração considere a propriedade como um dos “direitos naturais e imprescritíveis do homem” – a mulher não é ainda detentora de direitos individuais e de cidadania –, e que a própria burguesia constituinte, que derrubou com a ajuda do povo francês a monarquia absoluta, tenha retirado aos não proprietários e à grande maioria dos pequenos proprietários camponeses não apenas o direito de voto, mas também o de serem eleitos. Neste contexto, o critério burguês de ascensão social e política segundo

o mérito acaba por transformar-se numa forma de legitimação das desigualdades emergentes que têm origem não na sociedade, mas na natureza, ou seja, nas diferentes capacidades e talentos ‘naturais’ que competem livremente entre si para se afirmarem e ascenderem socialmente.

A ideologia do sucesso

A caminho dos 250 anos da Revolução Francesa, o princípio meritocrático de avaliação da conduta dos indivíduos reforçou-se numa sociedade regida pela ideologia neoliberal do sucesso. Esta ideologia, que emerge na Europa e nos EUA na década de oitenta do século passado no contexto da chamada ‘revolução conservadora’ de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, para além de potenciar ao máximo a natureza

anti-igualitária daquele princípio, transforma-se num poderoso obstáculo a todas as formas de solidariedade e partilha, bem como a todas as políticas redistributivas que visam atenuar as crescentes desigualdades económicas e sociais. Partindo do pressuposto de que a sociedade é composta por uma multidão de indivíduos atomizados que competem uns com os outros para valorizarem ao máximo os talentos de que são proprietários exclusivos – é a ‘propriedade de si mesmo’ (“self-property”) do libertário de direita norte-americano Robert Nozick (1938-2002) – os ‘vencedores’ no mercado dos talentos consideram que nada devem à sociedade, mas, pelo contrário, será esta que recolherá os benefícios dos seus méritos e talentos ‘naturais’ extraordinários que continuam a ter uma origem pré-social inquestionável. A mesma ideologia atribui aos ‘perdedores’ a responsabilidade exclusiva pelo seu próprio insucesso, contribuindo assim para naturalizar ou eternizar

Poder-se-ia concluir que só nesta sociedade os méritos e talentos naturais de cada um podem ser devidamente recompensados, pois não se encontram separados, mas fazem parte de um ‘acervo comum’ que permite reduzir ao máximo as desigualdades resultantes da nossa posição social e da contingência das circunstâncias que escapam ao nosso controlo.

as crescentes desigualdades sociais e económicas. Todas as políticas que visem promover uma maior justiça social na repartição dos benefícios e vantagens são anatemizadas, já que tenderão a redistribuí-los a favor dos alegadamente menos meritórios, ou seja, precisamente pelos que apenas merecem desprezo e desdém por ‘invejarem’ o sucesso dos outros. A ideologia do sucesso opõe-se aos impostos diretos progressivos, pois se baseia no chamado ‘ótimo económico’, o critério de eficiência do economista e sociólogo italiano Vilfredo Pareto, o ponto limite em que a situação de, pelo menos, uma pessoa melhora, sem que a de, pelo menos, uma outra piore. Assim, se pago impostos a taxas mais elevadas dos que auferem rendimentos mais baixos do que eu estou a pôr em causa o critério da eficiência, pois os benefícios que perco em prol dos demais não compensam o decréscimo dos incentivos que me impelem a maximizar os meus superiores méritos e talentos naturais de que a sociedade acabará por beneficiar. Em suma, desfruto de uma espécie de direito de tributação sobre a sociedade a quem nada devo e que, em contrapartida, tudo me deve em consequência da superioridade natural dos meus próprios méritos e talentos que contribui para uma eficiente alocação dos recursos disponíveis.

Para uma sociedade politicamente justa

Esta ideologia ignora que não existem verdadeiramente méritos e talentos naturais, pois estes se formam no contexto da relação com os outros, ou seja,

no contexto das relações sociais. Tal significa que ninguém pode desenvolver os seus alegados méritos à maneira de um Robinson Crusoe, numa ilha deserta, a imagem que os partidários da meritocracia têm de si próprios e dos outros. As circunstâncias e contingências sociais ‘desnaturalizam’ os talentos e os méritos de cada um, exercendo uma influência determinante nos sucessos e insucessos de uns e de outros. Mas é sobretudo o conjunto de inter-relações do meu ‘eu’ com os outros ‘eus’ em sociedade que acaba por ser responsável em última instância pelos méritos que julgo que só a mim se devem. Neste sentido, jamais poderei presumir que sou mais merecedor do que os outros ou que lhes devo menos do que eles me devem a mim. Como afirma o filósofo norte-americano Michael Sandel, perspicaz crítico da falácia meritocrática, só numa sociedade politicamente justa é possível “encarar a distribuição das capacidades naturais como um património coletivo por forma a que os mais afortunados beneficiem apenas na medida em que os proveitos revertam em vantagem dos que ficarem a perder na lotaria natural” (Sandel, Michael – “O Liberalismo e os Limites da Justiça”, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, p. 113). Poder-se-ia concluir que só nesta sociedade os méritos e talentos naturais de cada um podem ser devidamente recompensados, pois não se encontram separados, mas fazem parte de um ‘acervo comum’ que permite reduzir ao máximo as desigualdades resultantes da nossa posição social e da contingência das circunstâncias que escapam ao nosso controlo. Só aqui também o critério da eficiência se poderá realizar. ■



Consulte a nossa página em

www.spgl.pt

Abertura do Ano Letivo Espetáculo

Escola é saber e futuro mas também é encontro

14 de outubro

Comemorar o aniversário do SPGL, saudar um novo ano letivo, reafirmar a escola como lugar de encontro

• Lígia Calapez
Jornalista

Neste dia, pelas 18h30, vai realizar-se na Voz do Operário um espetáculo de música e teatro – é a primeira vez que o SPGL organiza um espetáculo juntando estas duas vertentes – em que professores, sindicalistas, alunos serão os intervenientes.

Em breve conversa com Ana Mafalda Pernão, professora da Escola de Música do Conservatório Nacional e responsável pela organização do espetáculo, esta destacou que uma das condições base era fazê-lo com os professores, “no

fundo com aqueles com que o sindicato conta”.

O que “preparámos foi um espetáculo – não só com música – que é feito por professores, e professores muitos deles a trabalhar também no sindicato”. A única exceção é a participação de crianças da Orquestra Geração. “Foi feito um convite à Orquestra Geração para participar também no espetáculo, uma vez que nós, como professores, somos, naturalmente, professores de alguém”. Será um espetáculo comemorativo do aniversário do SPGL. E também de

arranque do ano letivo – um ano letivo mais vivenciado, mais próximo. “Temos que dar a ideia de encontro, de uma proximidade, hoje mais possível”. A partir deste ponto de partida, “construímos um programa, com os professores que temos a cantar e a tocar”.

O programa irá contar com a participação de um grupo (um trio), de que faz parte um dirigente do SPGL (Carlos Barros) e outros professores - o **FlautPiContraTrio** (envolve flauta, piano e contrabaixo), com uma apresentação variada:



Comemorar o aniversário do SPGL, em ano de pandemia, tem sido um desafio, a que se tem dado resposta com o desdobramento de várias iniciativas. Dia 14 de outubro será o culminar dessas comemorações e o momento de saudar um novo ano letivo, vivido de forma mais plena. **Porque a escola também é encontro.**

“Brian Boru’s March” (Tradicional Irlandesa);

“Danny Boy” (Tradicional Irlandesa);

“La Partida” (C. Bonet);

“El Quintapesares” (Fulk).

Participa igualmente o grupo **ClaxEnsemble**, com Bruno Graça, clarinetista e Bruno Hélder Marques, saxofonista (do Conservatório Nacional). Do seu programa, consta:

. “Duo Sonata” de G. Wanamaker;

. “Quadro 1” improvisação.

A **Orquestra Geração** estará presente, com um *grupo de sopros*.

Ainda com o FlautPiContraTrio, haverá arranjos de três *canções de Zeca Afonso*, para que mais gente possa cantar. Um momento em que vários professores irão cantar: Mafalda Pernão, Hugo Wever (professor em Odivelas), Dulce Marçalo (Linda a Velha, Ensino Particular). Também com quem, na plateia, se queira juntar ao coro.

O programa engloba igualmente um pequeno *sketch*, momento de teatro organizado pelo dirigente do SPGL Marcos Pinheiro (da Escola de Dança), envolvendo vários professores.

A ideia de fundo – para além, naturalmente, de assinalar o aniversário do SPGL (e em interligação com essa comemoração) - é valorizar a ideia de que a escola é de todos, envolvendo, professores, sindicato, alunos. Que a escola se reafirme também como local de encontro. ■

Bilhetes a adquirir na Sede e Delegações do SPGL

Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis Sistema Portugal (AOSJSP) Orquestra Geração



A Orquestra Geração/Sistema Portugal é um projeto sociopedagógico inspirado no conhecido El Sistema, da Venezuela.

Com base em parcerias, tanto institucionais como mecénáticas e com o apoio pedagógico da Escola Artística de Música do Conservatório Nacional, o projeto tem desenvolvido inúmeras propostas educativas e culturais, com resultados concretos. Partindo da música como elemento integrador, com impacto no desenvolvimento pessoal e escolar das crianças e jovens, muitos são os que ao longo da escolaridade vão mudando atitudes, mas também descobrindo novos interesses. Alguns destes jovens revelaram aqui a sua vocação, seguindo agora percursos académicos, através do acesso a conhecidas escolas profissionais de música e ao ensino superior, e percursos profissionais no mundo da música.

O projeto recebeu, entre outras, as

notáveis distinções: Prémio Nacional de Professores em 2010; Quadro de Excelência do Município da Amadora, 2011; foi considerado um dos 50 melhores projetos sociais da União Europeia em 2013 e 2014, Menção Honrosa da Fundação António da Mota em 2017 e já em 2018 foi considerado projeto do ano pela AGEAS.

Em dezembro de 2018 a Orquestra Geração foi laureada com a Medalha de Ouro Comemorativa do 50º Aniversário da Declaração Universal dos Direitos da Humanidade, atribuída pela Assembleia da República, pelo trabalho realizado junto das crianças, jovens e suas comunidades. Já em 2019 foi galardoada com a Medalha de Mérito do Município da Amadora, atribuída quando das comemorações dos 40 anos da fundação do Município.

Programa para concerto

- La Morisque - Tielman Susato (1551)
- Highland Cathedral - Arr: Siegfried Rundel
- Paso Flamenco - Victor Lopez
- I'M a Believer - Arr: Johnie Vinson
- The Lions Sleeps Tonight - Arr: Donald Furlano
- Happy - Arr: Michael Brown
- Viva la vida - Arr: Michael Brown

Um momento de Teatro

Bla bla bla bla bla... Vamos falar de educação!

Uma forma de representação e de reivindicação da classe docente.

De uma forma subtil e lúdica nós professores e sindicalistas denunciámos os problemas decorrentes do envelhecimento, desvalorização da carreira, desrespeito pelo trabalho e ausência de condições no desempenho das nossas funções.

Os professores são imprescindíveis ao sistema e, sem eles estarem motivados, e serem reconhecidos, a escola

perde a qualidade.

Acreditamos numa escola inclusiva!

Queremos uma escola que respeite os valores éticos!

Defendemos uma educação sem obstáculos nas aprendizagens!

Somos responsáveis pelo desenvolvimento de várias gerações.

Capacitamos os alunos de valores intelectuais e culturais.

Merecemos uma escola aqui e agora porque somos presente, passado e futuro.



Professores envolvidos:

Ana Rita Lourenço, Cátia Domingues, Elisabete Zagalo, Deolinda Marques, Vitória Veiga, Ricardo Prata, Marcos Pinheiro.



5 de Outubro

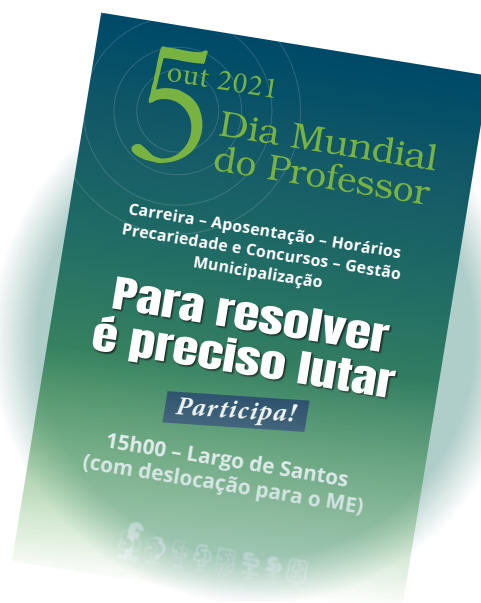
É se o Ministério levasse a sério a profissão docente?

É justo que os professores (e os educadores e os investigadores...) tenham o seu DIA MUNDIAL. É um sinal de que se reconhece a enorme importância da profissão. Mas é também o momento de denunciar as medidas que contribuem para a sua desvalorização. Entre nós, os sindicatos da FENPROF generalizaram o hábito de sair à rua no Dia Mundial do Professor, no 5 de outubro. É um bom hábito! Este ano vamos concentrar-nos no Largo de Santos, em Lisboa, de onde desfilaremos até ao Ministério da Educação.

Há sinais indiscutíveis de que em Portugal se têm vindo a degradar a carreira e a profissão docente, apesar de os professores continuarem a ter boa imagem junto da população. A falta de professores para várias disciplinas é já um facto mais do que evidente, os cursos de educação e ensino raramente são uma primeira escolha dos estudantes no acesso ao ensino superior, as vagas nesses cursos raramente são inteiramente preenchidas. Mas se o ensino não é atrativo para quem procura escolher uma profissão, também o não é para os que já estão nela inseridos. Sobram razões de queixa para com o comportamento de bloqueio negocial por parte do Ministério da Educação. Como diz a FENPROF: “em relação à situação socioprofissional (dos professores e educadores), o que temos do Governo e do Ministério da Educação é: nada”. E concretiza: “nada em relação à necessidade de serem recuperados os anos de serviço cumpridos mas não contados para a carreira; nada em relação a um regime de vagas que já impede quase 5000 de progredirem ao

escalão seguinte; nada para alterar um regime de avaliação injusto e gerador de conflitos nas escolas, agravado por um regime de quotas que impede a atribuição devida a cada professor; nada para permitir que as gerações mais velhas se aposentem ou, no mínimo, acedam à pré-reforma; nada para atrair para a profissão gerações mais jovens, que a abandonam ou a evitam quando confrontados com a precariedade, as colocações muito longe da residência familiar ou um salário insuficiente para as despesas que efetuam; nada para tornar mais justos os concursos, (...), nada para que os horários de trabalho respeitem os limites fixados na lei, deixando de ser um dos fatores que mais contribui para o enorme desgaste que afeta os docentes”.

Só o excepcional profissionalismo dos professores e educadores tem permiti-



do que, apesar da degradação imposta à profissão pelo M.E., a Escola Pública continue a responder positivamente ao desafio que lhe é imposto: uma formação e uma educação de qualidade. Mas a situação criada à profissão docente e o constante desinvestimento na Educação são uma ameaça permanente para a Escola que, como país, temos obrigação e necessidade de construir.■

Internacional da Educação

Dia Mundial do Professor

Relatório internacional

No Dia Mundial do Professor a IE-Internacional da Educação lançará a edição de 2021 do relatório trienal “Global Report on the Status of Teachers and the Teaching Profession” da autoria do professor Greg Thompson.

Aqui ficam desde já alguns dados que descrevem a realidade da profissão de professor, de acordo com o relatório:

- Pagamento: 55,1% dos sindicatos de professores relataram que os salários dos professores decresceram ou fica-

ram estagnados.

- Direitos dos sindicatos: aproximadamente 30% dos sindicatos de professores relataram limitações à negociação coletiva.

- Emprego: 59,1% dos sindicatos de professores relataram o uso de contratos temporários e de curto prazo para empregar professores e académicos.

- Condições de trabalho: 42,5% dos sindicatos de professores relataram um declínio das condições de trabalho dos professores.■

23 de outubro de 2021:

3.^a Corrida Nacional do Professor e da Educação

3.^a CORRIDA NACIONAL DO PROFESSOR E DA EDUCAÇÃO

Lisboa, Av. Brasília
(frente à Pr. do Império – C.C. Belém)

23 OUT. 2021 • 16h00

Participa! Inscreve-te em: <https://corridafenprof.sports4all.pt>
Consulta o Regulamento em www.fenprof.pt ou no site do Sindicato da tua região

Apoio: CARAVELA, LISBOA, LISBOA, aces europe, ACES Portugal, ICDJ, ASSOCIAÇÃO DE ATLETISMO DE LISBOA

No âmbito das comemorações do Dia do Professor, a FENPROF está a preparar um conjunto de iniciativas que, visando dar o relevo merecido ao papel dos docentes na sociedade atual, fará do mês de outubro o Mês do Professor. É evidente que o foco será colocado, como sempre, nas atividades sindicais, mas alargar-se-á a outros campos, nomeadamente cultural, artístico e desportivo, de que são exemplo o Prémio Literário António Gedeão e a **3.^a Corrida Nacional do Professor e da Educação**.

Vem, por isso, a FENPROF convidar todos os professores, educadores e investigadores a participar na **3.^a Corrida Nacional do Professor e da Educação**, que se realizará no dia **23 de outubro, sábado, às 16h00, em Lisboa**, podendo a inscrição ser feita numa das duas modalidades disponíveis:

- corrida de 10km, que também tem caráter competitivo;
- marcha de 5 Km, de caráter exclusivamente lúdico.

Esta prova é aberta a clubes e, em geral, a todo o movimento associativo desportivo, contudo, nela podem inscrever-se individualmente todos os interessados, independentemente da profissão, idade ou género. Também podem participar atletas de mobilidade reduzida que se desloquem em cadeira de rodas.

Esta iniciativa conta com a colaboração da Câmara Municipal de Lisboa e da Associação de Atletismo de Lisboa e, com ela, a FENPROF pretende destacar, de uma forma diferente, a importância central dos docentes no processo formativo da sociedade, devendo, por isso, merecer o maior respeito de todos, e, de uma forma especial, dos governantes do país. As inscrições são feitas no *site*

<https://corridafenprof.sports4all.pt>, até ao dia 17 de outubro. Se precisar, poderá requerer ajuda nas sedes dos sindicatos da FENPROF.

Todos os inscritos receberão uma *t-shirt*, uma medalha de participação e o dorsal da prova.

Valores de inscrição e datas:

. Corrida de 10km

- até 25 de setembro – 5€
- até 9 de outubro – 7,5€
- até 17 de outubro – 10€

. Marcha de 5km

Vamos, também desta forma, reafirmar a força dos docentes e exigir a valorização da nossa profissão. São aceites e desejáveis formas criativas de participar nesta Corrida, designadamente ao nível das mensagens a passar. Inscreve-te já!

Consulta aqui o [Regulamento da 3.^a Corrida Nacional do Professor e da Educação](#). ■

FENPROF acorda com a CNIS revisão salarial do CCT/IPSS para 2021



AFENPROF chegou a acordo com a CNIS na revisão salarial para 2021, tendo conseguido um aumento salarial de 0,5% para os docentes, nomeadamente nas Tabelas B, com efeitos a 1 de julho 2021. Importa relembrar que a primeira proposta da CNIS foi de 0% de

aumento para os docentes, sendo que a FENPROF nunca desistiu de negociar e manteve sempre a sua posição, em consonância com os outros sindicatos que integram a comissão negociadora sindical, no sentido que todos os trabalhadores das IPSS teriam de ter aumentos salariais, o que veio a acontecer.

Para além do referido aumento, também foi possível chegar a um entendimento relativamente ao tempo de serviço prestado pelos educadores de infância dentro da instituição (antiguidade), que se encontrem no exercício efetivo de funções docentes ou educativas, que é contabilizado para efeitos de progressão, sem prejuízo do bloqueio no nível 5 da respetiva carreira dos educadores em creche.

Este acordo de alteração salarial e outras matérias, entre a CNIS e a FENPROF, já foi depositado na DGERT, aguardando a sua publicação em Boletim de Trabalho e Emprego. ■

1.º Ciclo do Ensino Básico

Encontro Nacional de delegados e de dirigentes sindicais



Encontra-se em fase de preparação um Encontro Nacional de delegados e dirigentes sindicais dos sindicatos da FENPROF do Setor do 1.º CEB, que irá realizar-se no próximo dia 29 de outubro, em Lisboa.

O encontro servirá para discutir e analisar as problemáticas do setor, nomeadamente no que diz respeito ao regime de docência e as suas implicações, à escola a tempo inteiro (modelo das AECs), às condições de trabalho ou a uma possível

reorganização dos ciclos de ensino. Este encontro contará com a presença de um convidado internacional que irá partilhar a realidade da reorganização dos ciclos de ensino no seu país.

Para a preparação do encontro será realizado um inquérito online, sobre as temáticas em discussão, assim como questões estruturais da carreira, que será disponibilizado brevemente.

Do encontro, prevê-se ainda, a saída de um caderno reivindicativo do setor do 1.º CEB. ■



-chave que têm impacto direto nas emissões, garantindo a requalificação profissional e prioridade ao emprego para quem atualmente trabalha nos setores poluentes. Mas as instituições não pararam, as emissões, os despedimentos e as falsas soluções continuaram a aumentar. Por isso, no dia 20, a Aurora foi uma das alunas que decidiu parar. No dia 20 a Aurora começou a faltar às aulas numa greve permanente até que a sociedade avance e aja à altura do desafio que enfrentamos.

O futuro está agora nas mãos da sociedade. Não escolhemos estar a viver em contrarrelógio, mas temos o poder de reduzir drasticamente as emissões a tempo, a responsabilidade de lutar por uma transição justa para os trabalhadores que serão afetados pelo encerramento das infraestruturas mais poluentes do nosso país, e a vontade de garantir um futuro justo para todas as gerações. Ao contrário do Acordo de Paris, nós não fomos feitos para falhar, e toda a sociedade tem um papel nesta luta. Mais estudantes podem protestar de novo e com mais força para que algo seja feito, juntando-se à greve permanente organizada pela Greve Climática Estudantil até que pelo menos 350 pessoas se comprometam a agir, assinando o compromisso “Vamos Juntas”.

Pais, professores e trabalhadores podem apoiar esta greve permanente, comprometendo-se a fazer parte da construção conjunta de um futuro justo, começando por assinar o compro-

misso de sairmos às ruas este outono para uma ação disruptiva de desobediência civil na Refinaria da Galp em Sines (a infraestrutura nacional mais poluente), se mais 350 pessoas se comprometerem ao mesmo. Sabemos que há muito mais trabalho para ser feito, sabemos que esta greve permanente é só um começo, sabemos que a ação coletiva para bloquear a refinaria de Sines é só um pequeno

passo, mas como os estudantes que fazem greve às aulas até que a sociedade aja, continuaremos a lutar com cada vez mais coragem, força e determinação contra a crise climática, contra a inação, e por justiça. O futuro está nas nossas mãos. De que lado da história vais ficar?

Vamos juntas!

*Painel Intergovernamental das Nações Unidas para as Alterações Climáticas





Tudo o que precisa sobre Direitos Humanos no regresso às aulas

• **Luísa Marques** . Amnistia Internacional Portugal

No início de mais um ano letivo, a Amnistia Internacional quer continuar a apoiar todas as pessoas que queiram levar os direitos humanos para as suas escolas e contextos educativos. Nos próximos meses, os desafios de direitos humanos são vários, desde a situação no Afeganistão ao problema do acesso universal à vacinação, entre tantos outros. As escolas podem ter um papel determinante promovendo a sensibilização necessária e capacitando jovens e menos jovens para agir em prol de um mundo mais justo e igualitário. Por isso, a juntar aos vários [recursos educativos](#) que produzimos para docentes, este ano quisemos ir mais longe e **apoiar as escolas a criar verdadeiros ativistas dos direitos humanos**. A [Rede de Escolas da Amnistia Internacional](#), que acabámos de lançar, é um espaço informal para promover o ativismo em contextos educativos, através de propostas de ação ou atividades pedagógicas, enviadas regularmente pela Amnistia Internacional, para abordar os direitos humanos com o seu grupo de estudantes. Integrada no nosso trabalho de educação para os direitos humanos, a Rede

convida os participantes a agirem de formas concretas sobre situações de violações de direitos humanos, que podem passar por petições ou envio de apelos; utilização das redes sociais; ações de solidariedade, entre outras. Além disso, as atividades procuram também promover um maior conhecimento sobre estes direitos, aliando aprendizagem à ação. A inscrição na Rede não pressupõe qualquer compromisso mínimo. Cada instituição é livre de escolher que propostas quer dinamizar, de acordo com o seu interesse e disponibilidade. Também não implica quaisquer custos para a escola, sendo a inscrição gratuita. O processo de inscrição está centrado numa pessoa de contacto, mas as propostas recebidas podem ser partilhadas com outros colegas, para que organizem as suas próprias atividades ou cooperem na organização de atividades conjuntas para um maior impacto. Juntar-se à Rede é uma oportunidade única de iniciar estudantes e docentes no ativismo pelos direitos humanos. Pode conhecer melhor a Rede e inscrever-se [aqui](#). Se não quer dar ainda este passo, porque acha que não tem informação ou

conhecimentos suficientes sobre direitos humanos, temos outra proposta: O curso online [Educação para os direitos humanos na escola](#), gratuito e autogerido, disponível na Academia da Amnistia. Com duração de cerca de 3 horas, aborda várias formas de explorar os direitos humanos em contextos educativos, para que possa escolher o caminho mais adequado para si. Neste curso, exploramos a importância da educação para os direitos humanos e o seu papel na escola e damos-lhe a conhecer as formas de colaborar com a AI neste contexto. Além disso, e porque é importante ter uma boa base de entendimento sobre os direitos humanos, dedicamos uma parte a explorar alguns conceitos básicos. Para se inscrever basta entrar na plataforma [Academia Amnistia](#), criar uma conta e entrar no curso. Esperamos que estas propostas o motivem neste início de ano letivo. Contamos consigo para continuar a construir uma comunidade de ativistas que partilham a nossa visão de um mundo em que todas as pessoas têm os seus direitos protegidos. Conte connosco! ■



Almerinda Bento
M.A.G. do SPGL

Barbárie ou Ciência?

Na semana do arranque do ano lectivo e que antecede o Outono, fomos confrontados com uma notícia muito positiva: Portugal é o país com mais população totalmente vacinada em todo o mundo. 81,10% dos portugueses estão completamente imunizados. São dados do Our World in Data (OWD) da Universidade de Oxford. Mais de metade dos jovens portugueses (52%) entre os 12 e os 17 anos já têm vacinação completa contra a covid 19 e 84% (525.426) já receberam pelo menos uma dose. Na última semana de Setembro, 85% da população já terá a vacinação completa. 100% da população entre os 65 e os 79 anos e com mais de 80 anos já está totalmente vacinada, o que corresponde a 2.3 milhões de pessoas. São números extraordinários. São números que nos devem deixar orgulhosos, pois correspondem a um elevado grau de consciência do valor da vacinação, do valor do conhecimento científico e do apreço pelo trabalho extraordinário que a investigação e a ciência desenvolveram e permiti-

tiram que num espaço de tempo tão curto a comunidade científica se unisse e fizesse esforços para desenvolver uma vacina para responder a um vírus desconhecido que matou milhões de pessoas em todo o mundo. Em Portugal, o início da vacinação foi a 27 de Dezembro de 2020 e desde logo a vontade generalizada de se ser vacinado mostrou que o nosso povo confiava na ciência, na investigação e no conhecimento científico. À data em que escrevo este pequeno artigo, tinham morrido 17 872 pessoas com covid desde Março de 2020 e 1.057.100 tinham contraído a doença. À semelhança da confiança que a população portuguesa sempre depositou nas várias vacinas e nos planos de vacinação desde a infância e ao longo da vida que fazem parte da matriz do SNS, foi sem reservas que aderiu às várias vacinas contra a covid 19. Todos nos lembramos das notícias, dos receios, das dúvidas, mas a verdade é que se acreditou que este era o meio mais fiável e seguro de combater o vírus e a inteligência imperou.

Ao mesmo tempo que estas excelentes notícias nos permitem encarar com mais confiança a nossa imunidade, é com espanto que ouvimos notícias verdadeiramente insólitas e ao arrepio do que se supunha num país evoluído. Em França, a rejeição à vacinação é muito elevada e nas manifestações anti-vacinas ouvimos enfermeiros (!) e médicos (!) a vilipendiar a vacina e a invocar o seu direito individual de exercer a sua profissão sem estar vacinado. São 300 mil trabalhadores franceses do sector de saúde que rejeitam ser vacinados. Em Portugal, grupos minoritários mas muito agressivos, afrontam e atacam de forma despudorada as instituições e arrogam-se o direito de negar as vacinas, de negar a própria doença e de considerar que tudo isto não passa de uma enorme invenção que quer subjugar o mundo pelo medo. Negacionistas seja do clima, seja da pandemia, como Bolsonaro ou Trump, Médicos pela Verdade ou outros, já os conhecíamos, mas agora em Portugal eles mostram o seu rosto e as suas vozes sem máscara e sem

vergonha. Um juiz que se acha acima da lei, Fernando Nobre que em tempos se candidatou à mais alta figura do Estado a lembrar a receita decalcada da receita de Trump que usou para curar a sua doença e da família, gente sem vergonha nem educação a importunar o presidente da Assembleia da República enquanto almoçava num restaurante. Estes negacionistas, fascistas dos nossos dias, mostram assim o seu desespero face à resposta generalizada que o nosso povo deu à pandemia e à única maneira até agora conhecida de a combater: a vacinação generalizada. Falta agora que o sucesso que é o do nosso país, seja efectivamente uma realidade em todos os países e regiões do mundo, porque sendo a pandemia global a vacinação também terá de o ser. Nota: No fim-de-semana em que termino este texto (19 de Setembro) foram vacinados 74 mil jovens portugueses entre os 12 e os 17 anos com a segunda dose. ■



APEEEAAA

“O comboio já pára em Arroios” mas os alunos da António Arroio continuam sem comer

“Aos alunos da Escola Artística António Arroio (EAAA) em Lisboa está vedado o acesso a refeições na Escola há uma década, período durante o qual decorrem as obras de beneficiação sob a responsabilidade da PARQUE ESCOLAR/MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. A lentidão e desresponsabilização neste processo é tal que até as obras do Metro, com atraso de 2 anos, conseguiram deixar para trás as obras da EAAA”, denuncia a APEEEAAA – Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Artística António Arroio. Perante o arrastar desta situação, a comunidade escolar exige “ação imediata de conclusão efetiva da obra restante, com carácter de extrema urgência: **PARA ONTEM**”.

No comunicado da APEEEAAA, denuncia-se o quadro que se vive atualmente na EAAA:

. Devido a ordens superiores da DGEstE-DSRLVT, as refeições só serão realizadas em Escolas com refeitório - a EAAA não tem refeições por atraso da obra;

. Devido a ordens superiores da DGEstE-DSRLVT, a Arroio está impossibilitada de facultar uso de microondas aos alunos. Na EAAA não se levam refeições de casa, mas também não conseguem obter na escola por atraso da obra;

. Devido a ordens superiores da DGEstE-DSRLVT, as refeições take way e sociais da CML foram suspensas por atraso da obra;

. A Tutela, com pompa e circunstância publicita em horário nobre tamanha façanha de ter em consideração disponibilizar aos nossos filhos alimentação mediterrânea, supervisionada por nutricionistas extremamente capacitados e eficazes (de e para as superestruturas que, de mão dada “ganham” os refeitórios escolares), na qual não se enquadram os alunos da EAAA que se vêm obrigados a alimentarem-se diariamente de sandes, fruta, yogurtes, frutos secos... uma vichissoise, um gaspacho, porque se serve frio, até sabe bem, de quando em vez... mas uma refeição quente o corpo agradece. A bandeira das refeições saudáveis está adiada até fim da obra;

. Existe um universo importante de 80 alunos com carências em que a única verdadeira refeição do dia é fornecida na escola. O suporte alimentar destes alunos fica suspenso por atraso na obra;

. A solução de refeições em corredores (principalmente em pleno inverno) não é viável do ponto de vista higiene/sanitário devido à situação precária em que se encontram. Seria no mínimo negligente – solução inviabilizada por atraso da obra;

. Alunos a fazerem as suas

refeições diárias nos espaços comerciais adjacentes à escola, será plausível? Nem com cartão refeição - solução inviabilizada porque os nossos rendimentos vão para os impostos que pagam 10 anos de obra;

. Não se dispõe ainda de Bar com capacidade para dar resposta ao fluxo em pico de 80 pessoas, imagine para o universo de 800 alunos - solução inviabilizada por atraso da obra;

. A CML remete para a possibilidade de os alunos fazerem a refeição no refeitório do Município, tal solução é inviável por razões óbvias, e só equacionável por quem se encontra completamente desenquadrado da realidade da EAAA. Questionamos V. Exas sobre o seguinte:

- Que logística de transporte da EAAA para o refeitório e vice-versa?

- Qual o espaço de tempo necessário, mesmo considerando tal hipótese absurda, para um fluxo de transporte e serviço médio de 800 refeições: 3 tempos de 45 minutos? Talvez 4...

- Alterar/aumentar o tempo de refeição implicaria um horário de saída para lá das 20h da noite, numa comunidade escolar que se desloca num raio de 60 Km para frequentar a escola e ainda terá de regressar a casa.

. A inexistência de espaços para refeição decente e em segurança, obrigou a EAAA a ajustar-se para permitir

uma refeição no mínimo condigna aos alunos. Assim, está previsto que a hora da refeição seja feita pelos alunos em casa, sendo que as aulas da manhã e da tarde são alternadas diariamente entre lecionação presencial e em trabalho autónomo fora da escola. Os alunos dos 10º e 11º vão acumular carga horária menos proveitosa para os anos seguintes e os alunos do 12º terão a sua preparação para os exames nacionais fortemente comprometida pelo 3º ano consecutivo.

. Tendo em conta o ponto anterior, questionamos como será possível que os docentes possam lecionar os programas na sua extensão conforme exigido pela Tutela, sabendo ainda que estarão sujeitos a avaliação? o As técnicas superiores que têm visitado a Escola, limitam-se a solicitar à entidade o preenchimento de relatórios e análises estatísticas, mas aparentemente sem ações corretivas sobre a triste realidade caracterizada.

Por tudo o que atrás foi exposto – conclui a APEEEAAA – “os Pais e EE vêm exigir o direito à Educação e correta alimentação dos alunos da EAAA, consubstanciado na **CONCLUSÃO IMEDIATA DA OBRA** em curso na Escola há 10 anos, da responsabilidade da Parque Escolar”. ■

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
•Tel: 213819100
•Fax: 213819199
•spgl@spgl.pt
•Direção: spgl@spgl.pt
•www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
•TEL: 21 381 9192
•apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
•TEL: 21 381 9127
•contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
•TEL: 21 381 9109
•servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
•TEL: 21 381 9100
•servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
•TEL: 21 381 9119
•fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
•Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B
2500-329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
•Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

•Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

•Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq.
2000-232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

•Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

•Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

•Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º
2900-218 Setúbal
Telef.: 265 228 778
Fax: 265 525 935
Correio eletrónico: setubal@spgl.pt

•Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c
2830-336 Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

•Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865
almada@spgl.pt

Departamento de Professores e Educadores Aposentados

Atividades realizadas e a realizar

No ano letivo 2020-21 iniciámos as nossas atividades em setembro, como de costume, mas tivemos de parar no final de outubro devido ao agravamento da situação pandémica com particular influência nos reformados, pensionistas e idosos e só em março foi possível recomeçar.

Aprendemos a reunir e a fazer sessões públicas em sistema on-line. Mantivemos a participação ativa nas estruturas da FENPROF, IR-CGTP-IN, IR-USL e participámos nas ações reivindicativas, embora de forma reduzida, organizadas pelo SPGL, FENPROF e CGTP para defesa das nossas reivindicações, das dos docentes no ativo e dos trabalhadores no geral.

Participámos, com 4 delegados, na **9ª Conferência Nacional da IR/CGTP** em que o nosso delegado Rui Capão foi eleito membro da Direção Nacional da Inter-Reformados e participámos, com 7 delegados, no **9º Encontro da Inter-Reformados de Lisboa** em que foram eleitos para a sua direção os representantes do SPGL Isabel Gaspar e Manuel Vasconcelos.

A nível sociocultural conseguimos realizar:

- 6 **“Passeios Literários”** em Lisboa com o objetivo de conhecer as obras, os autores e a cidade: *José Saramago*: O Ano da Morte de Ricardo Reis e Memorial do Convento; *Eça de Queirós* - Um percurso por Lisboa; *Cesário Verde* - Poeta do real, incompreendido e ignorado; *Almeida Garrett* em Lisboa; *Fernando Pessoa* de S. Carlos até ao Martinho.

- No projeto **“Conhecer Portugal”** visitamos Salvaterra de Magos com um passeio no Rio Tejo e terminámos o

ano letivo com uma visita aos Açores. - Realizámos 4 sessões de **“O Meu Livro Quer Outro Livro”**, mas desta vez on-line, onde pudemos apreciar as obras:

. “A máquina de fazer espanhóis” - Valter Hugo Mãe,
. “As longas noites de Caxias” - Ana



Cristina Silva,
. “Um menino bateu-me à porta” - Manuela Castro Neves,
e uma sessão de colecionismo, intitulada *“... Com marcador e esferográfica”* - dinamizada pelas colegas Dolores Parreira, Fátima Manuel e Georgina Palma.

- Iniciámos um novo projeto que intitulámos **“Memória Viva – Vamos Comemorar”**, que tem por objetivo assinalar datas selecionadas pelo grupo

dinamizador através de textos e cartazes alusivos a cada um dos eventos. Comemorámos 8 datas, com textos de Everilde Pires, António Avelãs, M^a José Maurício, M^a do Carmo Tavares, Almerinda Bento, Leonoreta Leitão e Silvia Baptista, que foram enviados por email aos sócios aposentados do SPGL e publicados na página do Facebook do Departamento e no site do SPGL. Alguns ainda foram editados no EI.

Esperamos que no ano letivo que agora se inicia possamos dar continuidade ao trabalho desenvolvido nos anos anteriores tanto a nível da ação reivindicativa, como a nível social e cultural, dando continuidade aos projetos referidos e renovando os projetos **“Memórias – histórias por contar”** e **“Partilha de saberes”**, que no ano passado estiveram suspensos. Na sequência das reuniões realizadas pelo GT **“Plano Nacional Global para o Envelhecimento e Dependência”** com o objetivo de acompanhar a ação do governo e prepararmos a **3ª Conferência Nacional de Aposentados do DA/FENPROF**, que se realizará em 2022, iremos realizar neste primeiro trimestre **quatro debates sindicais quinzenais sobre o Envelhecimento ativo e saudável**.

Debates presenciais e ao mesmo tempo on-line, de modo a permitir a presença de todos os interessados de todas as regiões sindicais. Estes debates iniciar-se-ão na segunda quinzena de outubro e terminarão na primeira quinzena de dezembro.

Iniciámos já as nossas **ações socioculturais com uma viagem aos Açores** e, em outubro, realizaremos uma visita ao bairro de **Alfama e ao Convento**

de S. Vicente de Fora e um passeio a Peniche para apreciação do Mural de Azulejos comemorativo dos 46 anos do 25 de Abril, de iniciativa da FEN-PROF e realizado por 48 escolas do Continente, Madeira e Açores e visitas guiadas ao Museu Nacional Resistência e Liberdade e às exposições “Candelabro ASM – Aristides de Sousa Mendes: o Exílio pela Vida” e a de “Por teu livre pensamento” que comemoram momentos marcantes da

História Contemporânea do nosso país. Terminaremos o mês de outubro com uma viagem cultural à Madeira e Porto Santo.

O plano de atividades do nosso departamento está a ser preparado pelos diversos GT e esperamos tê-lo pronto dentro em breve com as atividades a desenvolver até julho de 2020.

Continuaremos a luta pela qualidade de vida e bem-estar dos aposentados, mostrando que continuam a ser cida-

dãos ativos para quem não é indiferente o rumo da sociedade, porque é nesse trajeto que se define o conjunto de direitos de que não prescindem e pelos quais lutam na defesa da dignidade de toda a sociedade.

Para acompanhar as atividades do nosso Departamento siga-nos no site do SPGL e no facebook do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL. ■

“Memória Viva Vamos Comemorar...” Pela Paz



• José Feliciano Costa

Educar para a paz e para uma sociedade mais solidária está expresso na Declaração Universal dos Direitos Humanos, este é um papel fundamental que os educadores e professores têm que assumir nas escolas enquanto mediadores e implementadores, na concessão, no questionamento e no modo de como podem contribuir para o desenvolvimento de práticas emancipatórias que visem a paz, mas também a transformação social e a justiça. Defendemos por isso que a educação para a paz deve ser uma referência obrigatória nos projetos educativos de cada escola. A escola é um espaço de socialização de mediação e de transformação. A escola tem por objetivo promover uma cultura de convivência pacífica, de partilha colaborativa, dos valores da cultura da paz, dos direitos humanos da justiça e da cidadania democrática. O mundo está diferente, e todos nós temos o dever de propor, de construir saberes e culturas que confrontem o

status quo vigente, indicando que existem outros percursos alternativos de vida outras formas de encarar o mundo. O desenvolvimento humano está e sempre esteve e hoje cada vez mais, associado ao desenvolvimento sustentável, desde que se integrou no conceito de desenvolvimento a dimensão ambiental.

A Conferência de Estocolmo em 1972, foi o primeiro evento da ONU para discutir a preservação ambiental. A sociedade pela primeira vez, institucionalizou a consciencialização da importância de construir uma relação mais equilibrada entre o Homem e o Ambiente. A importância de responder às necessidades, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.

A Escola tem um papel fundamental, enquanto transmissora de saberes mas também de valores. Consciencializar os jovens para a necessidade de preservar o património natural e estabelecer uma relação equilibrada com a Natureza. Consciencializar os nossos alunos de

que é imperativa a adoção de políticas ambientais de proteção, de controlo e de uma eficaz gestão ambiental é um dos contributos mais importantes que nós professores e educadores podemos dar.

Afinal o que vamos deixar às gerações vindouras, aos nossos filhos e netos? O ideal da escola é Educar para a paz - Construindo o mundo que se espera. A educação tem que extrapolar as paredes da sala de aula, derrubar fronteiras, promover relações de conhecimento, de respeito de solidariedade. Promover a fraternidade e a cooperação entre povos. Construir o mundo que se espera. Esta é uma questão moral e ética. Precisamos deste planeta para viver. É a nossa casa.

A escola Pública precisa de investimento, necessita que lhe sejam alocados os recursos necessários para que cumpra o seu papel fundamental - EDUCAR PARA UM MUNDO MELHOR.

Este é o nosso desiderato. ■

Legislação

I Série

• **Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 318/2021166153636**

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no artigo 112.º, n.º 1, alínea b), subalínea iii), do Código do Trabalho, na redação introduzida pela **Lei n.º 93/2019**, de 4 de setembro, na parte que se refere aos trabalhadores que «estejam à procura do primeiro emprego», quando aplicável a trabalhadores que anteriormente tenham sido contratados, com termo, por um período igual ou superior a 90 dias, por outro(s) empregador(es); não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 112.º, n.º 1, alínea b), subalínea iii), do Código do Trabalho, na redação do diploma referido na antecedente alínea, na parte remanescente; não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 142.º, n.os 1 e 2, do Código do Trabalho, na redação introduzida pela **Lei n.º 93/2019**, de 4 de setembro, e não declara a inconstitucionalidade da norma contida no artigo 502.º, n.º 1, alínea b), subalínea ii), do Código do Trabalho, na redação introduzida pela **Lei n.º 93/2019**, de 4 de setembro

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 90/2021166569087**

Aprova o Plano 21|23 Escola+, plano integrado para a recuperação das aprendizagens

• **Lei n.º 46/2021167133014**

Concurso de vinculação extraordinária de docentes das componentes técnico-artísticas do ensino artístico especializado para o exercício de funções nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, nos estabelecimentos públicos de ensino

• **Lei n.º 47/2021168184695**

Revisão do regime de recrutamento e mobilidade do pessoal docente dos ensinos básico e secundário

• **Decreto-Lei n.º 70/2021168903099**

Aprova o regime jurídico do ensino individual e do ensino doméstico

• **Portaria n.º 169/2021169132316**

Determina os coeficientes de revalorização das remunerações anuais

• **Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2021170649061**

Autoriza a despesa relativa aos apoios decorrentes da celebração de contratos-programa no âmbito do ensino profissional para o ciclo de formação de 2021-2024

• **Portaria n.º 184/2021170649064**

Portaria de extensão das alterações do contrato coletivo entre a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais – FNSTFPS

• **Portaria n.º 194/2021171516470**

Define os modelos de diplomas e de certificados em formato eletrónico das ofertas educativas e formativas do ensino básico e secundário

• **Portaria n.º 199/2021171672325**

Define as condições específicas do alargamento da gratuitidade da frequência de creche, em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 159.º da **Lei n.º 75-B/2020**, de 31 de dezembro

II Série

• **Despacho n.º 6605-A/2021 166512681**

Procede à definição dos referenciais curriculares das várias dimensões do desenvolvimento curricular, incluindo a avaliação externa

• **Despacho n.º 6726-A/2021 166790153**

Aprova os calendários, para o ano letivo de 2021-2022, dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, dos estabelecimentos particulares de ensino especial, bem como o calendário de provas e exames dos ensinos básico e secundário

• **Despacho n.º 7356/2021 168180380**

Estabelece as normas de funcionamento do Desporto Escolar para o ano letivo de 2021-2022

• **Aviso n.º 14693-C/2021 169203183**

Candidatura a acreditação de centros de recursos para a inclusão

• **Despacho n.º 7720/2021 169175943**

Aprovação da rede de cursos do ensino português no estrangeiro da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, para o ano letivo de 2021/2022, e do ensino superior e organismos internacionais, para o ano letivo de 2021/2022 e 2022

• **Despacho n.º 7826/2021 169358779**

Define o número de docentes que exercem funções de coordenação e o número de escolas que coordenam, no âmbito do Plano Nacional das Artes

• **Despacho n.º 8209/2021 169831748**

Homologa as Aprendizagens Essenciais da componente de currículo/disciplina de Matemática inscrita na matriz curricular base dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos do ensino básico geral, constante dos anexos i a iii do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho

• **Despacho n.º 8554/2021 170381822**

Prorroga a vigência e altera o Despacho n.º 12661/2020, de 31 de dezembro, que cria o Grupo de Projeto para o #EstudoEmCasa

• **Despacho n.º 8706/2021 170590374**

Manutenção das equipas multidisciplinares da Direção-Geral da Educação para o ano escolar de 2021-2022

• **Despacho n.º 8805/2021 170794297**

Fixa os valores anuais do subsídio por turma e por curso a atribuir aos cursos de educação e formação de jovens ministrados nas escolas profissionais privadas, que funcionem na Área Metropolitana de Lisboa e na Comunidade Intermunicipal do Algarve

• **Despacho n.º 8806/2021 170794298**

Fixa os valores anuais do subsídio por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas que funcionem na Área Metropolitana de Lisboa e na Comunidade Intermunicipal do Algarve

• **Despacho n.º 9177/2021 171438230**

Autorização de lançamento de avisos de abertura de candidaturas para o ano letivo de 2021-2022 para os cursos profissionais e cursos de educação e formação de jovens

Uma nova rubrica: Jornais Escolares

Pretendemos iniciar (ou retomar) – na nossa publicação “Escola Informação” – uma rubrica regular para divulgação dos jornais escolares. De salientar a importância que estas publicações têm (como foi, nalguns casos, manifesto em plena pandemia), nomeadamente ao refletir o trabalho da escola.

Assim, vimos pedir que nos enviem quaisquer publicações (ou link ou pdf da versão online), criadas nas escolas com os vossos alunos, para divulgação na EI.

As publicações em papel deverão ser enviadas para a sede do SPGL, dirigidas a SPGL - INFORMAÇÃO.

As publicações online (ou *links*), deverão ser enviadas para o e-mail inf@spgl.pt

Obrigado!



Remunerações e outras prestações pecuniárias do pessoal docente

Porque constitui um corpo especial, o pessoal docente tem um estatuto remuneratório próprio ainda que exerça funções em regime de contrato administrativo.

Como resulta do artigo 59º do ECD a carreira docente "... é remunerada de acordo com as escalas indiciárias constantes do anexo ao Estatuto, que dele faz parte integrante" sendo que o valor a que corresponde o índice 100 de uma das referidas escalas indiciárias e índices é fixado por Portaria conjunta do Primeiro-Ministro e do Governo responsável pela área das Finanças.

Há que esclarecer que o valor do supra referido índice 100 pode ser sujeito a alterações anuais pelo que o montante do vencimento pode variar em função disso. A fórmula para o cálculo da referida remuneração consta do artigo 61º do mesmo ECD e é a seguinte: $(RB \times 12) / (52 \times n)$ correspondendo o RB à remuneração mensal fixada para o escalão em que o docente se encontra e o n o número 35, de acordo com o artigo 76º do mesmo ECD que se reporta à duração semanal do trabalho prestado e determina que o pessoal docente em exercício de funções é obrigado à prestação do mencionado número de horas semanais de serviço integrando o referido horário uma componente letiva e uma componente não letiva que se desenvolvem em 5 dias de trabalho.

Para além das remunerações existem outras prestações pecuniárias a que o pessoal docente tem direito como sejam, a remuneração por trabalho extraordinário, a que se reporta o artigo 62º do Estatuto da Carreira Docente e o Prémio de Desempenho.

A primeira situação encontra-se tutelada no ar-

tigo 62º do ECD que prevê que o acréscimo decorrente da prestação de trabalho extraordinário corresponde ao seguinte:

"... a) 25% para a primeira hora semanal de trabalho extraordinário diurno;
b) 50% para as horas subsequentes de trabalho extraordinário diurno ..."

De acordo com o mesmo preceito legal, a prestação pecuniária em questão é calculada "... através da multiplicação do valor da hora extraordinária diurna de serviço docente pelo coeficiente 1,25".

Contudo, o trabalho extraordinário noturno, a que se reporta o artigo 84º do ECD, também é objeto de retribuição extraordinária. Neste caso e ainda de acordo com o supra referido artigo 62º do ECD, tal retribuição é calculada através da multiplicação do valor da hora extraordinária diurna de serviço docente pelo coeficiente 1,25.

Finalmente, o ECD também prevê, neste âmbito, uma retribuição extraordinária, designada "*Prémio de Desempenho*" que se encontra prevista no artigo 63º do mesmo ECD. De acordo com este preceito legal, o referido prémio também tem natureza pecuniária e é abonado numa única prestação "... por cada duas avaliações de desempenho consecutivas com menção qualitativa igual ou superior a Muito Bom ...". Este prémio monetário é fixado por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Educação e é pago numa única prestação no final do ano em que se constituiu este direito.

Para informações complementares sobre esta matéria poderão os seus destinatários contactar os Serviços de Apoio a Sócios do SPGL.■



INSERIDO NAS COMEMORAÇÕES
DO 47º ANIVERSÁRIO DO SPGL

|FLAUPICONTRATRIO|
|CLAXENSEMBLE|
|ORQUESTRA GERAÇÃO|
|SKETCH TEATRO|

14

outubro

2021

Voz do Operário

18h30



SPGL

Sindicato dos Professores da Grande Lisboa

**Abertura
do Ano Letivo**

Espectáculo

Escola é saber e futuro mas também é encontro